

## A capacidade de projecção estratégica na Lisboa da Era dos Desdobramentos

J. Seixas <sup>(a)</sup>

<sup>(a)</sup> CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, jseixas@fcsh.unl.pt

### RESUMO

Este texto, de base sobretudo ensaística, apresenta uma reflexão em torno dos desafios que se colocam à capacidade de projecção estratégica bem como de planeamento urbano, perante as amplas e rápidas mudanças em curso na cidade de Lisboa. Encontra-se dividido em três partes. A primeira parte mostra uma reflexão global sobre as mutações em curso e seus impactos urbanos. Na segunda parte apresenta-se uma sistematização, em dez pontos, das grandes tendências para a cidade e sua região de influência. Perante as mudanças de ordem eminentemente global e os desafios mais próprios da capital portuguesa, a terceira parte do texto propõe elementos vitais a posicionar de forma coerente e em termos de política e de conhecimento, por forma a se construir uma capacidade de projecção inteligente, permanente e comprometida.

**Palavras chave:** Lisboa, Governação, Planeamento, Cidadania

### 1. TEMPOS DE MUDANÇAS

É famosa a frase com que Charles Dickens começa o livro “História de duas cidades”: *“It was the best of times it was the worst of times, it was the age of wisdom it was the age of foolishness, it was the epoch of belief it was the epoch of incredulity, it was the season of light it was the season of darkness, it was the spring of hope it was the winter of despair, we had everything before us, we had nothing before us, we were all going direct to Heaven, we were all going direct the other way”*. Esta frase de grande fôlego abre um volume que mostra um tempo de grandes mudanças e dilemas. Um tempo que se iniciara com o advento das ideias racionalistas e das transformações industriais, que colocaria em questão muitas das bases do tempo antigo, e que ficaria marcado por grandes confrontos sociais e políticos, das revoluções americana e francesa às revoluções liberais e enfim às revoluções sociais. Um tempo novo, construído ao longo dos séculos XIX e XX e onde se criaram as fábricas e as estruturas de classe; os Estados e as administrações soberanas; as metrópoles e os direitos sociais.

Em pleno século XXI, esta frase de Dickens é extraordinariamente actual. A humanidade encontra-se, mais uma vez, num período de profundas mudanças e de transição entre diferentes eras. Tal como o escritor inglês ilustrou para o tempo que descreveu, este nosso tempo contém igualmente intensos elementos de luz e de sombra, de confiança e de incredulidade, de esperança e de desespero, de inovação e de injustiça. Tudo surgindo numa dinâmica vertiginosa e por meio de constantes desdobramentos de informação; o que parece deixar as sociedades num acentuado desassossego, com consideráveis dificuldades em focar. E ainda mais em projectar e planear.

O efeito mais intenso da conjugação da crescente falência dos modelos modernistas de progresso com a dificuldade sociopolítica em acompanhar devidamente

as transformações em curso, tem tido o nome de ‘crise’. O descalabro financeiro ocorrido a partir de 2007/8 – com raízes em relevante medida de base urbanística e imobiliária e fundadas na constante produção no espaço das décadas anteriores – e as consequentes reacções políticas de austeridade; alteraram os tecidos sociais, económicos e territoriais, assim como os próprios fundamentos clássicos de progresso. Estes efeitos têm sido, como se sabe, particularmente dolorosos para o Sul da Europa; e notavelmente para os seus tecidos urbanos. As reestruturações em curso nos fluxos, nas densidades, nas paisagens e até mesmo nas percepções e cognições urbanas, têm conduzido as cidades a novos tipos de pressões, de oportunidades e de perplexidades (Seixas, 2013). Por seu lado, a crise energética e as alterações climáticas provocadas pelos modelos de progresso e de consumo vigentes nas últimas décadas tornaram-se evidentes (Green New Deal Group, 2011).

A desterritorialização dos fluxos de capital, de informação e de poder, potenciada pela revolução tecnológica e informacional e pela difusão das plataformas digitais, tem abalado fortemente as estruturas modernistas de soberania, de regulação e de poder, bem como os modelos de urbanismo e de ordenamento territorial. Entre o final do paradigma que o urbanista François Ascher (1995) denominou de fordista-keynesiano-corbusiano, e a rápida instalação de um novo tempo onde as relações e funcionalidades de vida urbana, de trabalho, de mobilidade, de consumo configuram hiper-realidades incrementalmente complexas e de influência multiescalar; estas transformações têm-se sucedido em conjugação com a crise do urbanismo modernista e das políticas urbanas redistributivas de carácter clássico. Reinando hoje uma desconfortável sensação de redundância ou mesmo de impotência nas áreas da política e do planeamento. Perante os impactos da crise económica nas famílias e nas empresas, perante os novos desdobramentos das funções urbanas e o eclodir das platafor-

mas de intermediação (da habitação à mobilidade), perante ainda os novos agentes e capitais de um urbanismo que se tornou global; parece haver claras dificuldades na capacidade de governar os espaços urbanos e mesmo de manter a coesão territorial numa cidade. Na vertigem dos acontecimentos, a sociedade parece mostrar uma desorientação de carácter distópico e com evidentes dificuldades na focagem em elementos de referência (Bauman, 2000), submersa em turbilhões imagéticos e de (des)informação e numa atenção quase exclusiva ao imediato e efêmero.

Nestes cenários, não se afigura simples o questionamento e a construção de novas estruturas e instrumentos de planeamento, bem como a de construção de modelos de prospectiva e de cenarização de futuros. Existindo igualmente uma evidente dificuldade em compreender e capitalizar os elementos mais fundamentais de cada comunidade; bem como em formar, a partir daí, entendimentos estruturantes e estratégias de *tempus longos*. Porém, tem sido igualmente nas cidades que as mais estimulantes propostas e alternativas de acção, de planeamento e de participação se têm desenvolvido. Cada vez mais se dizendo que, muito provavelmente, as bases da futura ordem mundial se encontram actualmente já em experimentação nas cidades; ou que no *local* é que se compreende e materializa o *global* (Katz e Bradley, 2014, Subirats, 2016).

Por diversas razões, Lisboa tornou-se nos anos mais recentes numa cidade onde estes paradoxos são bem visíveis e onde a vertigem das mudanças é particularmente manifesta. Quase no final da segunda década do século XXI, a capital portuguesa configura-se cada vez mais cosmopolita e integrada nas tendências vanguardistas globais, vai paulatinamente construindo novas perspectivas de qualidade de vida e de empreendedorismo, foi alterando de forma paradigmática as suas políticas e investimentos urbanísticos – nos espaços públicos, nos equipamentos, nas estruturas ecológicas – reforçou de forma radical as suas estruturas políticas e administrativas de proximidade. Estas são dinâmicas que, a juntar a outras, mostram uma atitude deliberada de transformação. Mas é também em Lisboa que se mantêm pesadas heranças de um passado que menosprezou durante décadas os valores da vida urbana, onde surgem novos riscos de desigualdade ou mesmo de injustiça no acesso a bens basilares como a habitação, onde a força de um urbanismo que se tornou global pode não respeitar identidades e capitais urbanos essenciais, onde são ainda grandes as incertezas na gestão transversal de activos comuns e direitos fundamentais, tais como o estuário do Tejo ou a própria cidadania.

Perante o intenso ritmo de transformações, as cidades e os seus cidadãos – os que transportarão a conjugação de um aumento de conhecimento com exigência política e com práticas de cidadania – procuram uma nova capacidade de produzir projecções. Projecções amplas e de carácter transversal, socialmente perceptíveis, suficientemente arrojadas por forma a acompanhar a velocidade das mutações e respectivas exigências. Para tal, haverá que reafirmar a força da política na cidade. Que política urbana agora, na ‘nova polis’ do

mundo glocal, consideravelmente transfigurada face às suas paisagens e morfologias clássicas, com estruturas de governo divididas entre acções de afirmação competitiva e dilemas de reforma interna, com novos alinhamentos de cognição cultural e de mobilização da sociedade? Que novos sentidos para os projectos urbanos, como suportar da melhor forma esses projectos para a cidade? Enfim, e salientando justamente a afirmação da sociedade urbana como ente colectivo (Indovina 1991, Nel.lo 2001), que formas de construir *projectos colectivos* para a cidade, através de estruturas democráticas e comunicacionais e em paisagens sociopolíticas metabólicas a que o geógrafo David Harvey chamou de ‘utopia dialéctica’ (2000)?

## 2. GRANDES TENDÊNCIAS DE LISBOA

A construção de capacidade de projecção para uma cidade, e para os consequentes accionamentos político-sociais e urbanísticos de nova geração, perante as paisagens difusas e consideravelmente fractais em que nos encontramos; exige, antes de tudo o mais, uma capacidade de produzir uma razoável descrição e entendimento sobre si própria. Ou seja, sobre as suas forças e fraquezas, sobre o que influencia e como é influenciada, sobre os seus princípios e valores. Em cada uma das suas escalas espaciotemporais, da macro-global à micro-local e dos tempos dos quotidianos aos tempos estruturantes.

Reside aqui um dos maiores paradoxos dos tempos modernos. Em plena época de hiper-informação e de potencial de conhecimento, são muito relevantes os desfazamentos de conhecimento perante as complexidades do mundo urbano actual.

Perante a complexidade do mundo contemporâneo e a evidente inserção de Lisboa nas redes globais de circulação de gentes, ideias e capitais; serão inevitavelmente de ordem vária, as correntes definidoras e valorizadoras quer das suas bases quer das suas tendências. Nos dez pontos seguintes apresenta-se, de forma muito resumida, uma sistematização destas bases e tendências para a capital portuguesa.

1. **As bases da capitalidade de Lisboa** advêm-lhe de cinco elementos que, não obstante as mutações em curso, se perspectiva manterem-se no longo prazo: pela sua condição de cidade-capital de um Estado com um consolidado posicionamento histórico; pelas suas instituições de ensino e de conhecimento e pelos seus ecossistemas de inovação; pela sua fortíssima centralidade ao nível da produção e dos consumos culturais; pelo seu vincado carácter de cidade aberta e multicultural; pela sua complexa geografia humana constitutiva de múltiplos territórios locais com diversos e multifacetados habitats e quotidianos.
2. **Uma centralidade metropolitana em reformulação.** O sistema urbano com centro na cidade de Lisboa configura uma vasta região que irá continuar a extravasar, de forma cres-

cente, as já antigas lógicas de conexão metropolitana (Felix Ribeiro et al., 2015). Quer pela sua história de forte urbanização das últimas cinco décadas, quer agora pelos novos contextos e interdependências de carácter geo-global (sobretudo nas áreas referidas no ponto anterior) Lisboa modela-se por dinâmicas que transcendem de forma evidente as redes do seu núcleo central e mesmo a sua área metropolitana.

3. **A mudança de paradigma económico e a crise.** A década mais recente foi muito recessiva para os territórios do sul da Europa, devido à conjugação da forte crise económica e financeira com as consequentes reacções políticas por parte da União Europeia e de diversos estados-membros. As diferentes fases da crise económica e financeira sentida em Portugal (Seixas et al., 2015) originaram, de forma relativamente sequencial, fortes impactos nas economias de urbanização e nos tecidos sociais delas mais dependentes, crescentes impactos nas classes médias e escolarizadas, e finalmente uma depressão demográfica e técnico-científica, por dinâmicas de emigração. A questão da justiça espacial e das desigualdades socioeconómicas nos espaços urbanos é uma questão-chave de efeitos transversais; tornando-se em si mesma causa e efeito de desenvolvimento ou, pelo contrário, de limitação de novos modelos de progresso social, económico e mesmo ecológico.
4. **A coexistência de uma demografia envelhecida com o advento de uma nova cultura cívica e urbana.** A evolução da demografia de Lisboa tem sido marcada por um declínio populacional acentuado acompanhado por uma tendência de forte envelhecimento. Estas dinâmicas foram condicionadas por fluxos migratórios relevantes. Estes ritmos disruptivos, conjugados com as tendências fractalizantes de base metropolitana, influenciam as densidades residenciais e vivenciais bem como o fomento de novas culturas de usufruto da cidade e da própria cidadania. Não obstante, existem hoje elementos que têm consolidado em Lisboa o que se poderá definir como um considerável capital social e cultural urbano (Seixas, 2008), por maiores graus de conhecimento e formação, de participação e associativismo, de interacção socio-laboral e de consciencialização política. As tentativas de resposta à crise económica e social têm fomentado um crescendo de iniciativas cívicas e da consolidação de movimentos urbanos e de fomento do terceiro sector; em áreas que vão da ecologia urbana à economia social, da mobilidade à habitação. Movimentos estes que, por sua vez, vão aumentando as exigências de uma maior transparência e melhor governação da cidade.
5. **A reformulação das redes de mobilidade e**

**de transportes.** As desequilibradas estruturas de transportes e os fluxos de mobilidade de Lisboa são um inevitável resultado de décadas de dispersão metropolitana e sobretudo de um amplo desfasamento entre a mobilidade residencial e a mobilidade quotidiana; de um contínuo predomínio do transporte rodoviário; de uma permanente insuficiência nas apostas e nos investimentos em transportes colectivos e em políticas de acessibilidade; e enfim das significativas alterações dos usos e ritmos de mobilidade em função da crise económica, da mudança das estruturas socioeconómicas, práticas e usos da cidade. Para o período de mudança paradigmática que hoje se vive, as redes de mobilidade e de transportes, bem como a profunda requalificação dos espaços públicos na cidade, configuram das mais significativas apostas de alteração previstas nas novas políticas da cidade.

6. **O ressuscitar da ligação com o rio e o estuário do Tejo.** A matriz mediterrânea e atlântica da cidade de Lisboa funde-se com o seu “pequeno Mediterrâneo” (como chamou Cláudio Torres ao extraordinário estuário do Tejo). Porém no último século a cidade foi virando as costas às suas margens, ou à sua natureza primordial. Deriva que começou a ser corrigida nos anos mais recentes, quer pela paulatina desactivação das actividades portuárias e indústrias de elevado calado, e quer agora pela evidência do potencial extraordinário aqui existente ao nível cultural, ecológico, turístico e enfim económico.
7. **As alterações climáticas e o desafio ecológico.** A região de Lisboa detém uma pegada ecológica relativamente elevada. Revolucionar estruturas, reduzir pressões e alterar comportamentos urbanos implicará não somente a instituição de políticas orientadas para a redução de consumos, mas o aumento de uma capacidade de antecipação, actualmente difícil face às muitas incertezas existentes e que alavancam as tendências de insustentabilidade. As actuais equações de sustentabilidade encontram-se sobretudo em duas grandes dimensões: os consumos e pressões sobre os sistemas e recursos de suporte; e a própria organização da vida urbana. Os modelos de ‘cidade sustentável’ realmente eficientes serão aqueles que conseguirem inverter as tendências ainda predominantes, reduzindo paulatinamente o consumo de recursos e de energia e aumentando o valor das organizações funcionais urbanas. Significando, por sua vez, aumentar a diversidade à pequena escala bem como os níveis de densidade de conhecimento territorial; pugnando por atrair uma considerável massa crítica para cada território – incluindo, obviamente, no seu próprio centro – e assim conseguindo uma melhoria do próprio capital económico.

8. **A profunda revolução tecnológica e digital.** Nos anos recentes tem-se dado uma revolução tecnológica radical de base informacional, com amplas influências nos quotidianos sociais e económicos das cidades. Exemplos recentes muito visíveis são as transformações em curso provocadas pelas novas plataformas de intermediação como a Air BnB ou a Uber. Estas são componentes potentíssimas de alteração da vida urbana, permitindo uma abertura dimensional na oferta e na procura e uma capacidade de centrifugação de opções e de oportunidades sem paralelo, quer no espaço quer no tempo. Estes novos mecanismos de intermediação não só têm reflexos no modo como as atividades económicas se organizam e como nelas se enquadra o trabalho, como ampliam as possibilidades no âmbito da chamada “economia da partilha”, como alteram significativamente as condições e as modalidades da participação e da política. Estas alterações tecnológicas envolvem parte relevante da justificação para o repensar do próprio urbanismo e da gestão urbana.
9. **Um mercado de trabalho em forte reconfiguração.** Com a crise económico-financeira, a taxa de desemprego na AML mais do que duplicou no período entre 2008 e 2014, aumento acentuado com o resgate financeiro, as imposições dos credores internacionais e os correspondentes cortes no investimento e nas políticas sociais. Mais recentemente têm-se verificado relevantes melhorias nos indicadores de emprego e desemprego, em fileiras económicas urbanas relevantes como a reabilitação urbana, o turismo e as áreas culturais e criativas, bem como nas muitas actividades económicas ligadas à restauração, ao comércio e aos serviços. O que pode configurar novas tendências de carácter estruturante no sentido de paisagens de maior sustentação económica, mas por sua vez também baseadas numa considerável precariedade no emprego. Por seu lado, as políticas de fomento de uma rede de start-ups e de apoio a dinâmicas económicas criativas, pode estar a configurar um novo padrão de actividade laboral, essencialmente jovem, com elevadas taxas de dinamismo empresarial (incluindo de turbulência nos nascimentos e mortes de empresas) e com uma interessante capacitação de bases de conhecimento, de tecnologia e de inovação.
10. **A reabilitação urbana e as novas equações no mercado imobiliário e habitacional.** As elevadas pressões sobre o mercado habitacional de Lisboa são resultantes, hoje, do atraso de décadas na maturação das dinâmicas imobiliárias e de reabilitação, das ainda consideráveis lacunas nas políticas de habitação, e também das novas actividades financeiras decorrentes da crescente simbologia global de Lis-

boa. Estas tendências, na sua maioria tão desejadas, encontram-se a provocar novos paradoxos na conjugação de oportunidades ansiadas há muito, com novas dificuldades no acesso à habitação e nas próprias dinâmicas de vivência quotidiana na cidade. Conjugando pressões que têm resultado numa crescente falta de stock de casas no mercado – sobretudo no mercado de arrendamento, de tão evidente necessidade – bem como num aumento contínuo e mesmo vertiginoso dos preços da habitação.

Estes dez pontos configuram uma proposta sistémica de grandes desafios com que a cidade de Lisboa enfrenta o seu futuro próximo. Configura-se um lastro combinado de metropolização e de crise, com novos desafios de qualificação cultural e económica, bem como perante novos tipos de pressões urbanísticas de força global. Estes desafios da capital portuguesa afiguram-se de índole substancialmente diferente dos que ainda há muito pouco tempo se encontravam em cima da mesa, nenhum deles podendo ser interpretado por formas estritamente sectoriais ou passíveis de circunscrição em qualquer tipo de dimensão analítica ou administrativa estrita. Bem pelo contrário, todos eles são, por natureza, de base transversal, descrevendo uma cidade contemporânea como sistema complexo mas também interligado.

### 3. UMA PROJECCÃO EM MOVIMENTO PERPÉTUO

A inauguração da ponte sobre o Tejo, em 1966, ligando rodoviariamente as duas margens do Tejo por sobre o grande estuário, tornar-se-ia marco exemplar para o movimento de explosão metropolitana e de desdobramento da vida urbana, através do espaço, que se sucedeu ao longo de várias décadas. Hoje, mais de 50 anos depois desse importante momento modernista, assistimos a um novo tipo de movimento: o da implosão da vida urbana. Através de uma centrifugação de desdobramentos nos hiper-espacos bem como nos hiper-tempos da grande malha meta-urbana, multiplicando-se de forma praticamente contínua as possibilidades modulares da cidade. Este duplo movimento de explosão-implosão da urbanidade alastrou-se, entretanto, a praticamente todo o mundo nesta nova era antropocénica, como se pode perceber – de forma impressionante – em algumas recentes análises de largo espectro, como por exemplo nos trabalhos do Urban Theory Lab da Universidade de Harvard (veja-se por exemplo Brenner 2014).

Por seu lado, apesar das dificuldades ou mesmo resistências no posicionar de processos estratégicos perante a incerteza e as influências externas, existe em Lisboa uma considerável dinâmica de transformação política e urbanística. Para além da existência de estratégias concretas em muitas áreas e sectores, encontram-se em posicionamento uma série de instrumentos de base crescentemente transversal e que procuram assumir visões mais amplas da cidade. Porém, e não obstante

esta notável vitalidade política e técnica, a conjugação do estado-da-arte da cidade – incluindo todo o seu lastro histórico – com a enorme força disruptiva das actuais transformações em curso, mostra também que a cidade afinal pode ainda não estar completamente preparada para os novos tempos, ao nível das suas capacidades estratégica e prospectiva.

As diferentes propostas e hipóteses em desenvolvimento nos tempos mais recentes sugerem várias formas de abordagem para novas projecções da cidade, mais ou menos radicais consoante se consideram as mudanças em curso como de índole paradigmática ou de relativa continuidade com menores ou maiores sobressaltos. Edward Soja, o notável geógrafo de Los Angeles recentemente desaparecido, escreveu – de forma Dickensiana – no início do seu famoso livro em torno da ‘pós-metrópole’: “*À medida que entramos no novo milénio, o campo dos estudos urbanos nunca foi tão robusto, tão expansivo no seu número de áreas temáticas e de disciplinas envolvidas com o estudo das cidades, tão permeado por novas ideias e olhares, tão sintonizado com os grandes eventos políticos e económicos do nosso tempo, e tão teórica e metodologicamente desestruturado. Talvez seja efectivamente o melhor e em simultâneo o pior dos tempos para estudar as cidades, pois enquanto há tanto que é novo e desafiador de responder, existe muito menos acordo que dantes sobre como melhor fazer sentido, empírica e teoricamente, sobre os novos mundos urbanos em criação*” (2000, p. xii).

A projecção de Lisboa terá talvez, por conseguinte, que ser desenvolvida não tanto pela definição de metas concretas ou pela definição de um determinado destino para a cidade, mas sobretudo por via da construção de uma cultura de governo, de administração e de participação que, através de sólidos órgãos e instrumentos, seja alimentada de forma permanente por uma capacidade interpretativa e estratégica, sempre atenta a toda a inovação social e urbana que emane quer da própria cidade quer da urbanidade globalizada.

Que órgãos e instrumentos serão esses? Serão aqueles que permitam um acompanhamento e governação das transformações em maior benefício possível do colectivo, das mais diversas comunidades e ecologias de uma cidade tão múltipla e diversa como Lisboa. Que valorizem uma capacitação relacional dos espaços e dos tempos da cidade, em todos os lugares e em todas as escalas desta.

Este é um caminho que exigirá o repensar das bases conceptuais do nosso mundo urbano contemporâneo e o alicerçar de um conjunto de visões renovadas sobre ele. Em que post-metrópoles vivemos hoje? O que verdadeiramente as movimenta e alimenta? Que novo capitalismo se encontra em construção? Quais os seus impactos territoriais e urbanos? Quais, verdadeiramente, são as necessidades sociais de hoje? Que novos conhecimentos, que conexões sociais e que novos tipos de comunidade se encontram em formação? Como será a cidadania do futuro? Que novos direitos urbanos devem ser defendidos? Que novo urbanismo construir e implementar? Que novas estruturas político-administrativas

devem governar os territórios urbanos? E, enfim, como projectar a cidade do amanhã? Ou, para o nosso caso, como projectar a Lisboa de amanhã?

Perante horizontes onde os elementos definidores da vida urbana se encontram em reconstrução; perante a estruturação de ferramentas de fomento de uma utopia dialética e da co-produção política; perante a disseminação de uma cultura que entenda a cidade e a vida urbana como bens comuns; o exercício de projecção da cidade terá que se constituir, ele próprio, como movimento perpétuo.

Esta construção será tanto mais sólida quanto se conseguir encontrar uma boa coerência entre três elementos vitais que permitirão consolidar na política e na sociedade de Lisboa, uma capacidade de projecção inteligente, permanente e comprometida:

- A. **Posicionar princípios e conceitos de vida urbana e de urbanismo.** A vida urbana contemporânea sustenta-se em princípios e conceitos basilares, embora poliédricos, como os da justiça espacial, do direito à cidade, da ecologia urbana, da qualidade de vida, da economia partilhada, dos bens comuns. A defesa e sustentação destes princípios significa profundas mudanças nas paisagens da administração urbana e da própria cidadania. Exigindo por sua vez, como sugeriu François Ascher (2012), a construir novos princípios para um novo urbanismo: elaborando e dirigindo projectos para contextos mais incertos e dando prioridade ao pensamento estratégico; trabalhando para objectivos e não tanto para meios; pugnando por malhas urbanas mais complexas e multi-sensoriais (e menos especializadas funcionalmente); adaptando as ofertas urbanas a diferentes necessidades; favorecendo oportunidades e programações diferenciadas; compreendendo os lugares em função dos seus usos sociais (que são múltiplos e não unívocos, por natureza humana).
- B. **Fomentar o conhecimento e o reconhecimento na cidade.** A combinação de conceitos (em evolução) com práticas (também em evolução) exigirá uma evidente necessidade de colaboração permanente com os centros de conhecimento analítico e prospectivo (de universidades a outros think tanks, quer locais quer internacionais), mas também com os conhecimentos de base que emanam da própria cidade através dos seus movimentos sociais e urbanos. Alimentando as capacidades de leitura da cidade e de correspondente capacidade de acção mais eficiente e transdisciplinar. Por seu lado, o trabalho conjunto com os movimentos da cidade e com a cidadania afigura-se particularmente relevante como ferramenta poderosa de difusão de reconhecimento da cidade (Nel.lo, 2015). Perante a meta-urbanidade, a fractalidade e os simulacros imagéticos, torna-se vital a construção de comunidade em termos

culturais e percepcionais, mas igualmente em termos de práticas colaborativas.

- C. **Reforçar os espaços políticos da cidade.** A cidade de Lisboa deve sustentar, para as suas principais escalas – bairro, freguesia, município, metrópole, região – espaços políticos suficientemente legítimos para dinamizar projectos e políticas urbanas eficazes, mas também de ‘tempos longos’. Conjugando-se uma administração multinível e multi-sectorial com uma cidadania participativa e deliberativa. Como escrito na questão da governação da Carta Estratégica de Lisboa “a revitalização política de Lisboa deve passar, igualmente, por um manifesto reforço das capacidades de gestão e de administração pública da cidade, face às novas necessidades e desafios das urbes do século XXI (...) Haverá, assim, que ser bem mais estratégica, abrangente e integrador; haverá que melhor perceber os espaços e os tempos verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento e a coesão da cidade, dotando de responsabilidades e recursos as escalas e os órgãos mais adequados de acção pública em cada dimensão; haverá que ser bem mais exigente, bem mais eficiente, bem mais auto-crítico e avaliativo; haverá que motivar recursos e clarificar competências; haverá que dotar de informação e de conhecimento os mais variados espaços de debate e de decisão política” (Comissariado da Carta Estratégica, 2010). Recordando as perspectivas de Michel Crozier (1995), a chave de uma evolução qualitativa e imparável, para as dimensões da governação estratégica da cidade, está na consolidação dos instrumentos de ‘mutação da inteligência’ nas paisagens da governação da cidade. Ou seja, na consolidação dos seus elementos mais visionários e participativos e, enfim, verdadeiramente democráticos.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- Ascher, François (2012) *Novos Princípios do Urbanismo* Livros Horizonte, Lisboa
- Ascher, François (1995) *Metapolis ou l’avenir des villes*, Paris, Edições Odile Jacob
- Bauman, Zygmunt (2000) *Liquid Modernity* Polity Press, Cambridge
- Brenner, Neil (2014) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* Jovis Publishers, Berlin
- Comissariado da Carta Estratégica (2010) *Carta Estratégica de Lisboa* in [www.cartaestrategica.cm-lisboa.pt](http://www.cartaestrategica.cm-lisboa.pt)
- Crozier, Michel (1995) *La crise de l’intelligence. Essai sur l’impuissance des élites à se reformer* InterEditions, Paris
- Felix Ribeiro, José Manuel et al. (2015) *Uma metrópole para o Atlântico* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Green New Deal Group (2011) *A Green New Deal – Joined-up policies to solve the triple crunch of the credit crisis, climate change and high oil prices* International Energy Agency (2009). *World Energy Outlook 2009*. IEA, Paris.
- Harvey, David (2000), *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press
- Indovina, Francesco (ed.) (1991) *La città di fine millennio. Firenze, Genova, Milão, Napoli, Roma, Torino* Franco Angeli, Venezia
- Katz, Bruce e Bradley, Jennifer (2014) *The Metropolitan Revolution – How Cities and Metros Are Fixing Our Broken Politics and Fragile Economy*, Brookings Focus, Washington
- Nel.lo, Oriol (2015) *La ciudad en movimiento* Diaz & Ponz, Madrid
- Nel.lo, Oriol (2001) *Ciutat de ciutats* Editorial Empúries, Barcelona
- Seixas, João (2013) *A Cidade na encruzilhada. Repensar a cidade e a sua política* Edições Afrontamento, Porto
- Seixas et al. (2015) *Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade* Cadernos Metrópole N°34, 371-399, IPPUR-UFRJ e Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro
- Seixas et al. (2015) *Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade* Cadernos Metrópole N°34, 371-399, IPPUR-UFRJ e Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro
- Soja, Edward (2000) *Postmetropolis – critical studies of cities and regions* Blackwell Publishers, Oxford
- Subirats, Joan (2016) *El poder de lo próximo. Las virtudes del municipalismo* Los libros de la catarata, Madrid